



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
AUDITORIA ADMINISTRATIVA DE CONTROLE INTERNO**

---

**OBJETO:** Prestação de Contas Anual (PCA)

**ORIGEM:** Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará – FERMOJU (TJCE)

**EXERCÍCIO:** 2017

---

**Relatório de Auditoria – Prestação de Contas Anual**

**1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

1. O Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará – FERMOJU foi criado com a finalidade de suprir o Poder Judiciário de recursos financeiros, para fazer face às despesas específicas previstas no art. 2º da Lei nº 11.891/1991. A partir de 2010, o Fundo passou a ser regido pela Lei Estadual nº 14.605, de 05/01/2010.

2. Em obediência ao art. 10 da Lei nº 16.208/2017, cumpre à Auditoria Administrativa de Controle Interno emitir certificado de auditoria atestando a regularidade ou a irregularidade das prestações e tomadas de contas dos responsáveis pela guarda e aplicação de valores e bens públicos administrados pelo Poder Judiciário do Estado do Ceará.

3. A Lei nº 12.509/1995 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Ceará) estabelece, em seu art. 8º, § 6º, que os processos de tomada ou prestação de contas, bem como os de responsabilidade de gestores e agentes públicos, deverão ser apresentados ao Tribunal no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data do encerramento do correspondente exercício financeiro, e julgados até o término do exercício seguinte ao da apresentação.

## 2. PEÇAS PROCESSUAIS

4. A Prestação de Contas Anual em tela corresponde ao exercício de 2017 e engloba a aplicação dos Recursos Orçamentários do FERMOJU, constando das peças processuais arroladas no Anexo I da Instrução Normativa TCE-CE Nº 01/2018.

## 3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 3.1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

TABELA 01 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA (Lei nº 16.199/16)					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial		Previsão Atualizada (a)		Receitas Realizadas (b)
RECEITAS	R\$ 129.952.594,00		R\$ 133.749.753,00		R\$ 135.480.292,88
DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (c)	Dotação Atualizada (d)	Empenho (e)	Liquidação (f)	Pagamento (g)
DESPEAS	R\$ 129.952.594,00	R\$ 133.749.753,00	R\$ 117.483.783,36	R\$ 109.992.245,02	R\$ 109.717.273,44
Despesas Correntes	R\$ 127.558.711,00	R\$ 125.584.172,00	R\$ 109.657.648,99	R\$ 105.657.157,86	R\$ 105.555.527,43
Outras Despesas Correntes (i)	R\$ 127.558.711,00	R\$ 125.584.172,00	R\$ 109.657.648,99	R\$ 105.657.157,86	R\$ 105.555.527,43
Despesas de Capital	R\$ 2.393.883,00	R\$ 8.165.581,00	R\$ 7.826.134,37	R\$ 4.335.087,16	R\$ 4.161.746,01
Investimentos (j)	R\$ 2.393.883,00	R\$ 8.165.581,00	R\$ 7.826.134,37	R\$ 4.335.087,16	R\$ 4.161.746,01
ANÁLISE	Alteração Orçamentária (d-c)	Resultado Orçamentário (b-e)		Restos a Pagar Não Processados (f-e)	Restos a Pagar Processados (g-f)
	Valor (k)	Déficit/Superávit	Valor (l)	Valor (m)	Valor (n)
	R\$ 3.797.159,00	Superávit	R\$ 17.996.509,52	R\$ 7.491.538,34	R\$ 274.971,58
INDICADORES DE DESEMPENHO					
Alteração Orçamentária (k/c) .....	2,92%	Despesas Direta com Custeio (i/e) .....	93,34%		
Resultado Orçamentário (b/e) .....	115,32%	Despesas Direta com Investimento (j/e) .....	6,66%		
Execução da Receita (b/a) .....	101,29%	Despesas Pagas (g/e) .....	93,39%		
Execução da Despesa (e/d) .....	87,84%	Restos a Pagar Não Processados (m/e) ..	6,38%		
		Restos a Pagar Processados (n/e) .....	0,234%		

Fonte: *Balanço Orçamentário, sistema S2GPR.*

5. Da análise do Balanço Orçamentário pertinente ao exercício de 2017, merece destaque o que segue:

a) Não houve conta com sinal negativo indicando inversão de saldo;

- b) O nível de alteração orçamentária da despesa foi positivo em 2,92%, o que revela pouco replanejamento;
- c) A execução das despesas equivale ao total empenhado em despesas correntes que concentrou 93,34% sobre despesas diretas com custeio, restando 6,66% para despesas diretas com Investimentos;
- d) O índice de inscrição de Restos a Pagar (processados e não processados) resultou em 6,61% do importe empenhado, não havendo divergência de valores apresentados no Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstrativo da Dívida Flutuante;
- e) Registre-se que as despesas inscritas em “Restos a Pagar” serão pagas com as disponibilidades de caixa do FERMOJU e que, quanto menor for o índice de Restos a Pagar inscritos, melhor o equilíbrio orçamentário.

### 3.2. BALANÇO FINANCEIRO

TABELA 02 – BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS FINANCEIROS		
Itens	Exercício Anual	Exercício Anterior
<b>Receita Orçamentária (I)</b>	<b>R\$ 135.480.292,88</b>	<b>R\$ 136.655.486,53</b>
Ordinária	R\$ 131.472.062,64	R\$ 131.273.098,71
Vinculada	R\$ 4.008.230,24	R\$ 5.382.387,82
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Com Execução Orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Para Execução de Restos a Pagar	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Recebimento Extra-Orçamentários (III)</b>	<b>R\$ 38.944.948,41</b>	<b>R\$ 34.390.801,28</b>
Inscrições de Restos a Pagar Processados	R\$ 274.971,58	R\$ 178,00
Inscrições de Restos a Pagar Não Processados	R\$ 7.491.538,34	R\$ 11.966.187,59
Valores Restituíveis	R\$ 30.283.734,25	R\$ 20.450.763,30
Consignações do Exercício	R\$ 18.281.806,91	R\$ 17.019.956,56
Consignações de Exercícios Anteriores	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros valores restituíveis	R\$ 12.001.927,34	R\$ 3.430.806,74
Valores Pendentes a Curto Prazo	R\$ 894.704,24	R\$ 1.973.672,39
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>	<b>R\$ 64.893.496,57</b>	<b>R\$ 49.612.437,28</b>
Caixa e Equivalente de Caixa	R\$ 64.589.386,68	R\$ 49.612.437,28
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$ 304.109,89	R\$ 0,00
<b>Total (V)= (I + II+ III + IV)</b>	<b>R\$ 239.318.737,86</b>	<b>R\$ 220.658.725,09</b>
DISPÊNDIOS FINANCEIROS		
Itens	Exercício Anual	Exercício Anterior
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>	<b>R\$ 117.483.783,36</b>	<b>R\$ 131.871.390,63</b>
Ordinária	R\$ 116.549.501,08	R\$ 126.005.848,80
Vinculada	R\$ 934.282,28	R\$ 5.865.541,83
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Outras Transferências Independentes da Execução Orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Pagamentos Extra-orçamentários (VIII)</b>	<b>R\$ 30.515.874,62</b>	<b>R\$ 23.893.837,89</b>
Restos a Pagar Processados	R\$ 40.218,60	R\$ 0,00
Restos a Pagar Não Processados	R\$ 9.962.447,90	R\$ 6.204.362,37
Valores Restituíveis	R\$ 19.687.088,44	R\$ 16.826.012,76
Consignações do Exercício	R\$ 18.198.329,08	R\$ 16.433.875,90
Consignações de Exercícios Anteriores	R\$ 272.195,88	R\$ 14.922,49
Outros valores restituíveis	R\$ 1.216.563,48	R\$ 377.214,37
Valores pendentes a curto prazo	R\$ 826.119,68	R\$ 863.462,76
<b>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)</b>	<b>R\$ 91.319.079,88</b>	<b>R\$ 64.893.496,57</b>
Caixa e Equivalente de Caixa	R\$ 90.183.480,16	R\$ 64.589.386,68
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$ 1.135.599,72	R\$ 304.109,89
<b>Total (X)= (VI + VII + VIII + IX)</b>	<b>R\$ 239.318.737,86</b>	<b>R\$ 220.658.725,09</b>

Fonte: Balanço Financeiro, S2GPR.

6. Da análise do Balanço Financeiro pertinente ao exercício de 2017, destaquem-se os seguintes pontos:

- a) Não houve conta com sinal negativo indicando inversão de saldo;
- b) O Resultado Financeiro do Exercício foi de R\$ 26.425.583,31 sendo superior ao exercício anterior que foi de R\$ 15.281.059,29;
- c) O saldo da conta “Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte”, composto pelos saldos das contas “Caixa e Equivalente de Caixa” e “Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados”, correspondem a soma dos saldos das contas “Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional”, e “Créditos Tributários a Receber” registrados no Balanço Patrimonial.

### 3.3. BALANÇO PATRIMONIAL

TABELA 03 – BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO				
Itens	Exercício 2017	Análise Vertical	Exercício 2016	Análise Horizontal
<b>Ativo Circulante</b>	<b>R\$ 92.224.038,11</b>	<b>97,181%</b>	<b>R\$ 67.001.202,89</b>	<b>37,65%</b>
Caixa e Equivalente de Caixa	R\$ 90.183.480,16	95,030%	R\$ 64.589.386,68	39,63%
Créditos a Curto Prazo	R\$ 1.135.573,92	1,197%	R\$ 304.109,89	-
Créditos Tributários a Receber	R\$ 1.135.573,92	1,197%	R\$ 304.109,89	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	R\$ 13.625,80	0,014%	R\$ 13.300,00	-
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros	R\$ 13.600,00	0,014%	R\$ 13.300,00	-
Outros créditos a receber e valores a curto prazo	R\$ 25,80	0,000%	R\$ 0,00	-
Estoque	R\$ 876.614,63	0,924%	R\$ 1.187.346,37	-26,17%
Mercadorias para Revenda	R\$ 94.354,82	0,099%	R\$ 110.476,35	-14,59%
Almoxarifado	R\$ 782.259,81	0,824%	R\$ 1.076.870,02	-27,36%
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas	R\$ 14.743,60	0,016%	R\$ 907.059,95	-98,37%
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>R\$ 2.675.682,65</b>	<b>2,819%</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>-</b>
Imobilizado	R\$ 636.565,27	0,671%	R\$ 0,00	-
Bens Imóveis	R\$ 636.566,27	0,671%	R\$ 0,00	-
Intangível	R\$ 2.039.117,38	2,149%	R\$ 0,00	-
Softwares	R\$ 2.039.118,38	2,149%	R\$ 0,00	-
<b>Total</b>	<b>R\$ 94.899.720,76</b>	<b>100,000%</b>	<b>R\$ 67.001.202,89</b>	<b>41,64%</b>
PASSIVO				
Itens	Exercício 2017	Análise Vertical	Exercício 2016	Análise Horizontal
<b>Passivo Circulante</b>	<b>R\$ 110.946.107,35</b>	<b>116,91%</b>	<b>R\$ 97.121.630,49</b>	<b>14,23%</b>
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar Curto Prazo	R\$ 23.192,47	0,02%	R\$ 178,00	-
Pessoal a pagar	R\$ 13.643,70		R\$ 178,00	
Encargos sociais a pagar	R\$ 9.548,77		R\$ 0,00	
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ 211.296,02	-	R\$ 57.072,60	-
Obrigações fiscais a curto prazo	R\$ 741,99		R\$ 0,00	
Demais Obrigações a Curto Prazo	R\$ 110.710.876,87	116,66%	R\$ 97.064.379,89	14,06%
Valores Restituíveis	R\$ 110.310.806,90	-	R\$ 95.887.814,48	-
Outras Obrigações a Curto prazo	R\$ 400.069,97	-	R\$ 1.176.565,41	-
<b>Passivo Não-Circulante</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>-</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>-R\$ 16.046.386,59</b>	<b>-16,91%</b>	<b>-R\$ 30.120.427,60</b>	<b>46,73%</b>
<b>Resultados Acumulados</b>	<b>-R\$ 16.046.386,59</b>	<b>-16,91%</b>	<b>-R\$ 30.120.427,60</b>	<b>46,73%</b>
Superávits/ Déficits Acumulados	-R\$ 16.046.386,59	-16,91%	-R\$ 30.120.427,60	46,726%
Superávits/ Déficits do Exercício	R\$ 19.150.827,34	20,18%	R\$ 26.215.372,87	26,95%
Superávits/ Déficits de Exercícios Anteriores	-R\$ 30.120.427,60	31,74%	-R\$ 3.852.709,28	681,80%
Ajustes de Exercícios Anteriores	-R\$ 5.076.786,33	5,35%	-R\$ 52.483.091,19	-90,33%
<b>Total</b>	<b>R\$ 94.899.720,76</b>	<b>100,00%</b>	<b>R\$ 67.001.202,89</b>	<b>41,64%</b>
<b>ATIVO REAL</b>	<b>Ativo Financeiro</b>			<b>R\$ 91.319.079,88</b>
	<b>Ativo Permanente</b>			<b>R\$ 3.580.640,88</b>
<b>PASSIVO REAL</b>	<b>Passivo Financeiro</b>			<b>R\$ 41.490.374,52</b>
	<b>Passivo Permanente</b>			<b>R\$ 77.411.788,37</b>
<b>ATIVO REAL LÍQUIDO</b>	<b>Saldo Patrimonial</b>			<b>-R\$ 24.002.442,13</b>

Obs: Análise Vertical (% do Ativo/Passivo Total), Análise Horizontal (Evolução da Conta)

Fonte: Balanço Patrimonial, S2GPR

7. Da análise do Balanço Patrimonial pertinente ao exercício de 2017, destaquem-se os seguintes pontos:

- Não houve conta com sinal negativo indicando inversão de saldo, apenas conta de resultado;
- O total do Ativo confere com o total do Passivo;
- O Ativo Circulante cresceu 37,65% em relação ao ano anterior, decorrência do crescimento de 39,63% da conta Caixa e Equivalente de Caixa;
- O Ativo não Circulante totalizou R\$ 2.675.682,65, composto por bens imóveis R\$ 636.565,27 e Softwares, R\$ 2.039.117,38. Conforme dispõe a Lei nº 14.605/2010, no seu Art. 11, os bens do

FERMOJU deverão ser incorporados ao patrimônio do Poder Judiciário. A citada transferência ocorreu apenas em 2018, através das Notas de Lançamento Contábil n° 27086/18 e n° 27087/18.

### 3.4. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

**TABELA 04 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	Exercício 2017	Análise Vertical (s/ Grupo)	Análise Vertical (s/ Total)	Exercício 2016	Análise Horizontal
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA</b>	<b>118.733.507,96</b>		<b>90,17%</b>	<b>116.958.853,72</b>	<b>1,52%</b>
Taxas	118.733.507,96	100,00%	90,17%	116.958.853,72	1,52%
<b>EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS</b>	<b>5.384.078,06</b>		<b>4,09%</b>	<b>5.590.648,07</b>	<b>-3,69%</b>
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	5.384.078,06	100,00%	4,09%	5.590.648,07	-3,69%
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS</b>	<b>2.952.513,33</b>		<b>2,24%</b>	<b>7.971.834,93</b>	<b>-62,96%</b>
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00%	2,24%	189.780,94	-100,00%
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	2.952.513,33	100,00%	2,24%	7.782.053,99	-62,06%
<b>TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>-%</b>
Transferências Intragovernamentais	0,00	-%	0,00%	0,00	-%
<b>OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>4.602.005,67</b>		<b>100,00%</b>	<b>1.159.030,59</b>	<b>297,06%</b>
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	4.602.005,67	100,00%	100,00%	1.159.030,59	297,06%
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS</b>	<b>131.672.105,02</b>		<b>196,50%</b>	<b>131.680.367,31</b>	<b>-0,01%</b>

VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	Exercício 2017	Análise Vertical (s/ Grupo)	Análise Vertical (s/ Total)	Exercício 2016	Análise Horizontal
<b>PESSOAL E ENCARGOS</b>	<b>0,00</b>	<b>-%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>-%</b>
Remuneração a Pessoal	0,00	-%	0,00%	0,00	-%
Encargos Patrimoniais	0,00	-%	0,00%	0,00	-%
Benefícios a Pessoal	0,00	-%	0,00%	0,00	-%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Pessoal e Encargos	0,00	-%	0,00%	0,00	-%
<b>BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS</b>	<b>0,00</b>	<b>-%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>-%</b>
Pensões	0,00	-%	0,00%	0,00	-%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	-%	0,00%	0,00	-%
<b>USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO</b>	<b>82.669.493,99</b>	<b>100,00%</b>	<b>73,47%</b>	<b>79.607.258,68</b>	<b>3,85%</b>
Uso de Material de Consumo	2.515.478,47	3,04%	2,24%	2.255.166,84	11,54%
Serviços	79.894.363,99	96,64%	71,00%	76.909.857,55	3,88%
Custo de Materiais, Serviços e Consumo de Capital Fixo	259.651,53	0,31%	0,23%	442.234,29	-41,29%
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS</b>	<b>1.018,31</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>191,54</b>	<b>431,64%</b>
Juros e Encargos de Mora	1.018,31	100,00%	0,00%	191,54	431,64%
<b>TRIBUTÁRIAS</b>	<b>55.820,10</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,05%</b>	<b>61.165,78</b>	<b>-8,74%</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	374,48	0,67%	0,00%	17.687,64	-97,88%
Contribuições	55.445,62	99,33%	0,05%	43.478,14	27,53%
<b>OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>29.794.945,28</b>	<b>100,00%</b>	<b>26,48%</b>	<b>25.796.378,44</b>	<b>15,50%</b>
Premiações	2.000,00	0,01%	0,00%	4.280,00	-53,27%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	29.792.945,28	99,99%	26,48%	25.792.098,44	15,51%
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS</b>	<b>112.521.277,68</b>		<b>100,00%</b>	<b>105.464.994,44</b>	<b>6,69%</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL POR PERÍODO</b>	<b>19.150.827,34</b>			<b>26.215.372,87</b>	<b>26,95%</b>

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais, S2GPR.

8. Da análise da Demonstração das Variações Patrimoniais, destaquem-se os seguintes pontos:

- a) Não se observaram contas com inversão de saldo;
- b) O Resultado Patrimonial do Exercício de 2017 foi superavitário em R\$ 19.150.827,34, correspondendo ao saldo do resultado do período no Balanço Patrimonial;
- c) As Variações Aumentativas foram representadas sobretudo pela conta “Taxas” representado 90,17% de seu respectivo total. De outro modo, as Variações Diminutivas concentraram-se em “Serviços”, como um índice 71%.

### **3.5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

9. Da análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa, destaque-se o seguinte ponto:

- a) Não obstante o saldo negativo do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento, na quantia de R\$ 7.191.273,85, tendo em vista que não ocorreram ingressos de recursos provenientes das atividades de investimento, apenas desembolsos, referentes à aquisição de Ativo Não Circulante; este foi coberto pelo saldo positivo do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais em R\$ 32.716.808,57, portanto, a Variação do Caixa e Equivalente de Caixa Ajustado resultou em R\$ 25.525.534,72, representando um aumento de 84,07%, em relação ao exercício de 2016, o qual foi de R\$ 13.866.739,77.

### **3.6. OUTRAS CONSIDERAÇÕES**

10. A Lei nº 14.605/2010, de 05 de janeiro de 2010, que dispõe sobre o FERMOJU, em seu art. 9º, assegura 85% da Receita da venda de Selos de Autenticidade para subsidiar os atos praticados pelos Cartórios de Registro Civil.

11. Neste sentido, conforme relatório “Comparativo dos Ingressos Orçados com os Arrecadados”, a arrecadação inscrita em “vendas de selos de autenticidade”, deduzida de restituições, foi de R\$ 30.379.832,53.

12. O valor registrado como “Ressarcimento do Registro Civil”, item da rubrica “Indenizações e Restituições”, foi de R\$ 23.595.390,93, consoante relatório “Execução da Despesa por Gestora, Fonte e Unidade Orçamentária”.

13. Registre-se, que o valor legal do subsídio aos cartórios é de R\$ 25.830.454,51, restando, como ressarcimento aos cartórios civis, os valores atinentes às atividades do mês de dezembro de 2017, com repasse regular no mês subsequente, bem como os valores relativos aos saldos de ajustes pendentes a serem transferidos por meio de movimentações suplementares no curso do exercício de 2018.

14. No exercício em referência, o Programa de Inovação, Desburocratização, Modernização da Gestão e Melhoria da Produtividade do Poder Judiciário – PIMPJ, instituído pela Lei nº 14.415/2009, de 23 de julho de 2009, e alterado pela Lei nº 15.453/2013, teve execução orçamentária de R\$ 934.282,28, o que representa, aproximadamente, 0,79% do total das despesas do FERMOJU, no valor de R\$ 117.483.783,36.

15. Essa execução orçamentária deu suporte financeiro às seguintes ações, de acordo com o relatório da “Execução da Despesa por Gestora, Fonte e Unidade Orçamentária”:

- a) Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos – FERMOJU R\$ 173.341,15;
- b) Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos – FERMOJU – 2º GRAU R\$ 29.825,39;
- c) Manutenção e Funcionamento Administrativo – FERMOJU – 1º GRAU R\$ 721.947,74;
- d) Manutenção e Funcionamento Administrativo – FERMOJU – 2º GRAU R\$ 9.168,00.

16. Ademais, importa ressaltar as determinações contidas no parágrafo único, art. 2º da Lei nº 14.605/2010, no qual aduz, “não serão permitidas, por conta do FERMOJU, o pagamento de despesas de custeio previstas na folha normal de pessoal”.

#### **4. GESTÃO ADMINISTRATIVA**

17. O planejamento das atividades de auditoria para o exercício de 2017 foi embasado no levantamento inicial do universo passível de exame, segmentado em processos operacionais e administrativos, contratos, convênios, sistemas eletrônicos e unidades vinculadas, submetidos a um procedimento prévio de avaliação, visando à priorização dos trabalhos.

18. Por meio da elaboração de Matriz de Riscos, definiram-se, com razoável segurança, os processos e objetos que deveriam ser verificados prioritariamente, em função da vulnerabilidade de cada um deles e de sua importância relativa para os procedimentos de auditoria.



19. Considerando que os recursos do Tesouro com Custeio atingiu 9,91% do Executado, proporcionalmente, delimitou-se o universo passível de auditoria. Nesse sentido, atuou-se basicamente sobre a gestão administrativa do Tribunal de Justiça, restando a análise da regularidade das contratações de maior materialidade do órgão na Prestação de Contas do FFERMOJU.

20. Em cumprimento às Ordens de Serviço de Auditoria, e em obediência ao Plano Anual de Atividades de Auditoria, procedeu-se as seguintes atividades de auditoria, em consonância com os princípios da legalidade, da eficiência administrativa, da economicidade, dentre outras:

- a) FERMOJU – Recursos Diretamente Arrecadados – Fonte 70 - Relatório 02/2017;
- b) Reforma parcial do prédio do Fórum da Comarca de São Gonçalo do Amarante - Relatório 03/2017;
- c) CT 25/2012 – Cia. Energética do Ceará – Coelce – Relatório 05/2017;
- d) Despesas de exercício anterior – DEA Custeio – Relatório 06/2017;
- e) Análise da Prestação de Contas, Exercício 2016 – Relatório 10/2017;
- f) CT 13/2016 – Criart serviços de terceirização de mão de obra Ltda. – Relatório 14/2017;
- g) FERMOJU – Recursos arrecadados da venda de selos – Relatório 15/2017;
- h) Reforma do Fórum de Sobral – Relatório 16/2017;

21. Cumpre informar, que os achados de auditoria dos relatórios mencionados acima, foram sanados pelas áreas auditadas ou se encontram em processo de resolução. As inconsistências que ainda não foram solucionadas estão sendo acompanhadas por meio de monitoramento sistemático do cumprimento das recomendações/determinações por parte desta Unidade de Auditoria de Controle Interno.

22. Por sua vez, no que pertine aos exames de auditoria com foco nos processos de pagamento, verificou-se, a conformidade da classificação orçamentária e da realização das fases da despesa, observando as competências internas delimitadas em portarias, dentre outros aspectos. Para tanto, aponta-se as atividades de auditoria que resultaram no Relatório nº 03/2018, respeitante às Despesas de Exercício Anterior – Custeio, bem como, o Relatório nº 06/2018 relativo à Criart serviços de terceirização de mão de obra Ltda., além de análises aleatórias em Notas de Empenhos.

23. Com o objetivo de avaliar a regularidade dos procedimentos licitatórios realizados no exercício 2017, foi analisada uma amostra de 17 (dezessete) processos para contemplar a atividade de auditoria, dentre eles, dispensa e inexigibilidade de licitações, Pregão Eletrônico e Concorrência. As impropriedades evidenciadas foram tratadas em Relatório de Auditoria e enviadas à área responsável, para serem sanadas.

24. Importante ressaltar, que em duas situações de dispensa de licitação, um mesmo objeto (serviços de manutenção predial), foi contratado em caráter emergencial, um para o período de 160 dias (CT nº 24/2017) e o outro para 180 dias (CT nº 49/2017).

25. Por sua vez, a Presidência deste Tribunal determinou instaurações de sindicâncias para apurar ocorrência de eventual desídia funcional ou má gestão por parte de servidores, como possível causa de contratações emergenciais (Contratos nºs 26/2017, processo nº 8512631-42.2017.8.06.0000 49/2017 e 49/2027, processo nº 8522345-26.2017.8.06.0000).

26. Acerca da execução dos recursos relativos aos Suprimentos de Fundos concedidos pelo Poder Judiciário Cearense no exercício de 2017, objeto de análise quanto a sua regularidade e as respectivas prestações de contas, foi considerada satisfatória, atendendo à legislação vigente. Foram analisados, de forma amostral, 55 processos de concessão de suprimento de fundos. As inconsistências apontadas estão sendo tratadas no Relatório de Auditoria Interna nº 02/2018.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

27. Registre-se, por oportuno, que os demonstrativos contábeis e financeiros são extraídos do Sistema de Gestão Governamental por Resultados – S2GPR da Secretaria da Fazenda, a quem cabe o gerenciamento do sistema de execução orçamentária financeira e contábil patrimonial dos Órgãos e Entidades da Administração Estadual.

28. Não há registros nessa Unidade de Auditoria Administrativa de Controle Interno de denúncias com repercussão no Tribunal de Contas do Estado do Ceará, atinentes ao exercício de 2017.

29. Por fim, esta Unidade de Auditoria Administrativa considera que a Prestação de Contas apresentada está em condição de ser submetida à apreciação do Tribunal de Contas do Estado do

Ceará, mediante prévia manifestação do Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Fortaleza, 13 de julho de 2018.

**Leonel Gois Lima Oliveira**  
Auditor Chefe